

Conflitos rurais no Vale do Rio Doce: cenário, atores, roteiro e vivências (1945-1961)

Rural conflicts in the Rio Doce Valley: setting, actors, script and experiences (1945-1961)

Haruf Salmen Espindola*

<https://orcid.org/0000-0003-4609-288X>

Alisson Cardoso de Oliveira**

<https://orcid.org/0009-0001-1975-828X>

Maria Terezinha Bretas Vilarino***

<https://orcid.org/0000-0002-2093-5159>

Resumo

No Vale do Rio Doce, particularmente no vale do rio Urupuca, municípios de Itambacuri, entre 1945 e 1961, os conflitos agrários se intensificaram, como demonstram as fontes utilizadas: processos de legitimação de terras, jornais e entrevistas. Constitui-se um caso particular dos conflitos agrários nas áreas de fronteira agrícola, em função da presença de comunidades de agricultores familiares posseiros, de fazendeiros pecuaristas e grandes empreendimentos capitalistas siderúrgicos, madeireiro e de mineração de mica. Esses conflitos são indissociáveis do processo de formação histórica do território do Rio Doce, particularmente na porção setentrional, entre as cidades de Governador Valadares e Teófilo Otoni. O estudo demonstra serem operacionais os conceitos de “frente de expansão” e “frente pioneira” para compreendermos o mundo rural e os conflitos agrários nas zonas de fronteira.

Palavras-chave: Vale do Rio Doce. Vale do Urupuca. Zona de Fronteira. Vivências Rurais. Conflitos Agrários.

Abstract

In the Rio Doce valley, particularly in the Urupuca valley, in the municipality of Itambacuri, between 1945 and 1961, agrarian conflicts intensified, as

*Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professor titular da Universidade Vale do Rio Doce e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Gestão Integrada do Território - GIT/Univale. E-mail: haruf@univale.br

**Mestre em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce. E-mail: alisson.oliveira@educacao.mg.gov.br

***Doutora em História pela UFMG. Professora Adjunta da Universidade Vale do Rio Doce, vinculada ao Núcleo Interdisciplinar de Educação, Saúde e Direitos (NIESD), laboratório do PPG GIT/Univale. E-mail: maria.vilarino@univale.br

demonstrated by the sources used: land legitimization processes, newspapers and interviews. This constitutes a particular case of agrarian conflicts in the agricultural frontier areas, due to the presence of communities of small-scale farmers, cattle ranchers and large capitalist steel enterprises. These conflicts are inseparable from the historical formation of the Rio Doce territory, particularly in the northern portion, between the cities of Governador Valadares and Teófilo Otoni. The study demonstrates that the concepts of “expansion front” and “pioneer front” are operational for understanding the rural world and agrarian conflicts in the frontier areas.

Keywords: Rio Doce Valley. Urupuca Valley. Frontier Zone. Rural Experiences. Agrarian Conflicts.

Introdução

Entre 1930 e 1960, o Brasil passou por processo de industrialização e urbanização, com significativos investimentos estatais em infraestrutura rodoviária, energia, saneamento e comunicação. Nesse período, também se incentivou a ocupação dos chamados “espaços vazios” do território nacional. No Sudeste brasileiro as últimas áreas contínuas de terras devolutas cobertas pela Mata Atlântica, mesmo não estando no alvo da política oficial de colonização, foram rapidamente ocupadas.¹

No final da década de 1930, no Leste do estado de Minas Gerais, localizavam-se as últimas grandes reservas florestais e terrenos devolutos desta unidade da federação, entre as cidades de Governador Valadares e Teófilo Otoni, no sentido Sul-Norte; e dos rios Suaçuí Grande-Urupuca até a divisa com o Espírito Santo, no sentido Oeste-Leste, incluindo a bacia do rio São Mateus,

¹ A ocupação dos denominados “espaços vazios” se refere a dois movimentos concomitantes. O primeiro foi a ocupação e incorporação ao mercado do eixo Rio-São Paulo das últimas grandes áreas de Mata Atlântica, localizadas no Oeste de Santa Catarina; Norte, Sudoeste e Oeste do Paraná; Oeste de São Paulo; Mato Grosso de Goiás; e Leste de Minas Gerais, Norte do Espírito Santo e Sul da Bahia, particularmente nos vales dos rios Doce, São Mateus e Mucuri. O segundo movimento, mais precisamente desencadeado no Governo Vargas, durante o Estado Novo (1937-1945), denominado “Marcha para o Oeste”, cujo objetivo seria promover a integração por meio da colonização das terras das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. Veja respectivamente, WAIBEL, Leo H. As zonas pioneiras do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. out./dez. de 1955, ano XVII, n. 4, pp. 389-422. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/476532703/As-Zonas-Pioneiras-No-Brasil-Leo-Waibel>. Acessado em 26/11/2024. LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste*. Campinas: Editora da Unicamp, 1985; ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, maio-ago. 2010, v. 5, n. 2, p. 453-468. Disponível em <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/CSBRwGrXhdL6DKjG5bGQWwG/abstract/?lang=pt>. Acessado 26/11/2024.

zona litigiosa entre Minas Gerais e Espírito Santo (Zona do Contestado²). O ponto inicial da ocupação desta área foi a implantação do Aldeamento Indígena de Itambacuri (Nossa Senhora dos Anjos), em 1873, pelo Governo Imperial. Com a ação catequética os frades capuchinhos criaram as condições para a penetração de uma frente de ocupação demográfica, proveniente das zonas povoadas a oeste e norte, principalmente dos municípios de Peçanha, Serro e Teófilo Otoni.

A frente de ocupação demográfica é entendida aqui como a frente de expansão de que trata José de Souza Martins, ao discutir a noção de fronteira. Para o autor, a fronteira como área dentro do território nacional incorporada à dinâmica da economia capitalista, em detrimento da agricultura familiar, de comunidades tradicionais e do meio ambiente, ajusta melhor à concepção de frente pioneira. O autor diferencia a frente pioneira da frente de expansão, à medida que está se refere a fronteira demográfica e, portanto, seria um “deslocamento da população sobre territórios novos”, uma frente de ocupação demográfica, majoritariamente por agricultores e criadores de gado. No caso da frente pioneira, teríamos a “ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais”. Está configura uma espacialidade e relações sociais marcadas pela modernização e industrialização, implicando a “formulação de novas concepções de vida, a mudança social”.³

Os frades capuchinhos promoveram a redução dos indígenas em localidades situadas em pontos estratégicos e, ao mesmo tempo, fixaram migrantes de diversas procedências junto aos aldeamentos, induzindo aos casamentos interétnicos. A ação catequética dos frades favoreceu o avanço da fronteira agrícola na direção do Espírito Santo, resultando no conflito do Contestado, quando se confrontaram as frente de expansão mineira e capixaba.⁴

² Na área compreendida pelo Norte do curso médio do rio Doce e pela bacia do rio São Mateus se formou a zona do Contestado, em função do litígio entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo por razões de limites, cuja disputa litigiosa se iniciou em 1903 e foi resolvida pelo acordo final entre os governadores de ambos os estados, em 1963. Cf. ANUNCIAÇÃO, Flávio Luciano da. *Entre Trâmites Políticos e Conflitos Sociais: a memória do contestado mineiro-capixaba*. Dissertação (Mestrado em História). UFJF, Juiz de Fora, 2019. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/12136>. Acessado em 26/11/2024.

³ MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, maio de 1996, v. 8, n. 1: pp. 25-70, p. 29. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ts/a/87HYbTyy3WqHHt49HTWJNjb/?format=pdf>. Acessado em 26/11/2024.

⁴ PALAZZOLO, Frei Jacinto de. *Nas selvas dos vales do Mucuri e do rio Doce*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973. Disponível em <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/48/1/277%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acessado em 26/11/2024.

Em 18 de maio de 1924, com a criação do município de Itambacuri, o aldeamento Nossa Senhora dos Anjos se tornou a cidade sede. A ligação por estrada de terra era com a cidade de Teófilo Otoni, principal estação da Estrada de Ferro Bahia e Minas (EFBM). As localidades criadas pelos frades capuchinhos correspondem a 10 municípios mineiros da antiga Mesorregião do Rio Doce (atuais regiões intermediárias de Governador Valadares e de Teófilo Otoni): Itambacuri, Campanário, Jampruca, Frei Inocência, Nova Módica, Pescador, Frei Gaspar, Ouro Verde de Minas, Ataléia e São José do Divino.

O interesse pela região aumentou com a abertura da primeira rodovia, em 1936, ligando a vila de Figueira (atual Governador Valadares) com a cidade de Teófilo Otoni, passando por Itambacuri. O impulso maior, no entanto, ocorreu a partir de 1945, devido a conclusão da rodovia Rio-Bahia (BR-4, depois BR-116, Rodovia Santos Dumont, neste trecho), cuja obra foi acompanhada de ações de saneamento e combate à malária.⁵ Por um lado, a região foi conectada aos mercados das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e, por outro, a rodovia criou um corredor para a migração proveniente do Nordeste e da Zona da Mata Mineira.⁶

Os entroncamentos rodoferroviários com a Estrada de Ferro Leopoldina (EFL), Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) e Estrada de Ferro Bahia e Minas (EFBM), respectivamente em Caratinga, Governador Valadares e Teófilo Otoni, favoreceram o avanço da frente pioneira sobre as terras devolutas disponíveis e as terras anteriormente ocupadas pela frente de expansão, nos vales dos rios Doce, São Mateus e Mucuri.⁷ Na década de 1950, com o fechamento da fronteira agrícola, à medida que escasseiam as terras devolutas, essa zona entre Governador Valadares e Teófilo Otoni foi marcada por intensa violência rural e grilagem de terras, que atingiram drasticamente os posseiros e seus modos de vida, bem como pela resiliência das famílias camponesas.⁸

⁵ PINTO, Cesar. Um ano de combate às doenças parasitárias que atacam os rodoviários da estrada Rio-Bahia, 1942 a 1943. *Memória do Instituto Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, jun. 1944. Disponível em <https://www.scielo.br/j/mioc/a/wFQYqRRbpQL3wkHCgNkKsSx/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em 26/11/2024.

⁶ BRITO, Fausto. A ocupação do território e a devastação da Mata Atlântica. In.: PAULA, João Antônio de. (Coord.). *Biodiversidade, população e economia: uma região de Mata Atlântica*. Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar; ECMXC; PADCT/CIAMB, 1997, pp. 48-90. Disponível em https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/padctII/livro/CAP_2.pdf. Acessado em 26/11/2024.

⁷ EGLER, Walter Alberto. Zona pioneira ao norte do rio Doce, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, 1951, v. XVIII, p. 223-264. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1951_v13_n2.pdf. Acessado em 26/11/2024.

⁸ “Percorrendo a região infestada de grileiros, entre Governador Valadares e Teófilo Otoni – Conversa com o líder dos posseiros, Alfredo Ferregelti – A indignação, a alegria e a esperança de muitas famílias. (Reportagem de Adauto Alves dos Santos, 1ª de uma série).” SANTOS, Adauto Alves dos. A Rapinagem de

Considerando as diferentes zonas pioneiras que se formaram nas áreas de Mata Atlântica, conforme Waibel⁹, a zona pioneira denominada “Região ao Norte do Rio Doce”, enquanto parte do que se identificava no Governo Vargas (1930-1945) como Vale do Rio Doce¹⁰, precisa ser distinguida pela presença de relações de poder operando em diferentes escalas (local, estadual, nacional e global)¹¹. Nos anos de 1920, a região entrou na pauta dos interesses políticos, administrativos e fiscais do governo estadual de Minas Gerais, principalmente em função do objetivo de instalar um complexo siderúrgico¹². Na década de 1940 o interesse do governo federal se fez presente, no sentido de implantar a mineração do ferro em escala industrial (Companhia Vale do Rio Doce - VALE) e de transformar a extração de mica em uma indústria de beneficiamento e exportação em grande escala, no contexto do desenvolvimentismo nacional e das demandas criadas pela Segunda Guerra Mundial.¹³

O presente artigo, considerando o contexto marcado pelas múltiplas escalas, trata dos conflitos agrários originados das disputas pela posse da terra, entre 1945 e 1961, no vale do rio Urupuca, município de Itambacuri, conforme delimitação de 1939. Essa delimitação temporal toma dois momentos de rupturas: a conclusão das obras da rodovia Rio-Bahia e realização do primeiro congresso camponês ocorrido no Brasil, na cidade de Belo Horizonte.¹⁴

Terras no Vale do Rio. Homens Poderosos e Empresas Riquíssimas Mandam Saquear, Incendiar, Roubar e Matar. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 1957, a. 10, n. 2092, p. 3. Disponível em https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/108081/per108081_1957_02092.pdf. Acessado em 26.11.2024. BORGES, Maria Eliza Linhares. *Utopias e contra utopias: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950 - 1964)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, UFMG, Belo Horizonte, 1988.

⁹ WAIBEL, Leo H. Op. Cit., p. 17.

¹⁰ O VALE DO RIO DOCE I. Reportagem Especial de “Cultura Política”. *Revista Cultura Política (Revista Mensal de Estudos Brasileiros)*. Rio de Janeiro, dez. de 1943, v. 03; n. 35, pp. 122-133. Disponível em https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/163538/per163538_1943_00035.pdf. Acessado em 26/11/2024. O VALE DO RIO DOCE II. Reportagem Especial de “Cultura Política”. *Revista Cultura Política (Revista Mensal de Estudos Brasileiros)*. Rio de Janeiro, jan. de 1944, v. 04, n. 36, pp. 169-185. Disponível em https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/163538/per163538_1944_00036.pdf. Acessado em 26/11/2024.

¹¹ Para aprofundamento sobre essa questão ver LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹² O primeiro empreendimento de impacto é a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (atual ArcelorMittal Aços Longos), operada pelo grupo belga-luxemburguês ARBED, desde 11 de dezembro de 1921.

¹³ STRAUCH, Ney. Zona metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958; MARINHO Jr., L.D.; ESPINDOLA, H.S.; NODARI, E.S. A fronteira do carvão: siderurgia e floresta em Minas Gerais (Brasil) no século XX. *Revista Ambiente e Sociedade*, São Paulo, 2024, v. 27, p. 1-22. Disponível em <https://www.scielo.br/j/asoc/a/r4rHK6KLqbbpvFj4c6wCdvf/abstract/?lang=pt>. Acessado em 26/11/2024.

¹⁴ As fontes são formadas por processos de legitimação de terras, jornais e entrevistas. Este estudo é parte do projeto “O Vale do Rio Doce: a História dos movimentos sociais de luta pela terra”, financiado pela CAPES, Edital 12/2015 - Memórias brasileiras: conflitos sociais – que apoiou financeiramente projetos

Vale do Rio Urupuca: disputa pela posse das terras.¹⁵

No município de Itambacuri, década de 1950, o Vale do Urupuca se tornou um território de tensões e conflitos agrários, como pode ser lido no relatório da Delegacia Especializada em Ordem Pública (DEOP), com anotação confidencial:

O fato que ali ocorre [municípios de Itambacuri e de Governador Valadares] tem sido objeto de notícias já fornecidas por esta DEOP e o desentendimento entre tais interessados mais se agravou em maio de 1952, o que motivou a ida para Governador Valadares de um Batalhão da Política Militar que hoje tem ali a sua sede. A questão [conflito] existe realmente, mas não com características de luta ou de guerrilhas. Estão os interessados demandando em juízo e a Justiça dará razão a quem tiver.¹⁶

O documento do DEOP relaciona a transferência de um dos principais batalhões de política militar do estado de Minas Gerais, de Belo Horizonte para a região, em vista aos crescentes conflitos agrários. A imprensa repercutiu a situação: “A opinião pública mineira acompanha com interesse a revelação de mais uma tragédia vivida por dezenas de famílias dos lavradores pobres, radicados em municípios do Vale do Rio Doce, entre Governador Valadares e Teófilo Otoni”.¹⁷ A matéria se refere aos despejos de camponeses promovidos por duas grandes empresas: a Companhia Brasileira de Indústria e Comércio – COBRAICE (madeira) e a siderúrgica Companhia Aços Especiais de Itabira – ACESITA (atual Aperam South America).

Em 1957, o jornalista Aduino Alves dos Santos realizou uma série de reportagens especiais sobre a região entre Governador Valadares e Teófilo Otoni. A primeira reportagem recebeu o chamativo título: “A Rapinagem de Terras no Vale do Rio Doce”. O subtítulo foi ainda mais forte: “Homens

para “resgatar e registrar memórias não contadas do Brasil”.

¹⁵ O rio Urupuca pertence à bacia hidrográfica do rio Suaçuí Grande, afluente do rio Doce, localizando-se na porção norte da referida bacia.

¹⁶ MINAS GERAIS. *Resenha de informações e fatos chegados ao conhecimento da Delegacia Especializada de Ordem Pública*, de 4 a 7 de janeiro de 1953. Disponível em <https://docplayer.com.br/22692795-Minas-gebaie6-rssbnha-db-infohm4coe3-e-de-fatos-chegados-40-conhecimento-d4-delegacia-especializada-de-ordem-publica-de-ia.html>. Acesso em 20/11/2019.

¹⁷ GRILEIROS, no Vale do Rio Doce, Espancam, Matam, Ateiam Incêndios. Centenas de famílias de posseiros despejadas na zona de Gov. Valadares a Teófilo Otoni – O chefe do bando assassino orienta em Itambacuri um processo contra as próprias vítimas. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 25 de abr. de 1957, a. 10, n. 2097, p. 4.. Disponível em https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/108081/per108081_1957_02097.pdf. Acessado em 26/11/2024.

Poderosos e Empresas Riquíssimas Mandam Saquear, Incendiar, Roubar e Matar”. Os despejos de posseiros começaram em 1950, quando Renato Sá Mota, “então advogado da COBRAICE e hoje um dos seus chefões”, acompanhado de guarda-costas e policiais, teria conduzido a invasão da Fazenda Sta. Julieta.¹⁸ As reservas florestais também passaram a ser disputadas pelas siderúrgicas, que se apoderavam das terras dos lavradores, se utilizando, inclusive, da ação jagunços e, até mesmo, de militares ou ex-militares.¹⁹

Mesmos as pequenas vitórias conseguidas pelos camponeses eram seguidas de novos ataques violentos. Em junho de 1955, o Juiz da comarca de Teófilo Otoni expediu ordem garantindo o direito de posse dos camponeses, porém um ano e meio depois (15 de dezembro de 1956), jagunços da COBRAICE acompanhados de policiais apareceram de novo. “Queimaram 35 barracos. Os moradores foram expulsos à força.” O laudo pericial para apurar os fatos narrados na queixa-crime comprovou inteiramente a acusação.²⁰

No atual município de Jampruca (na época distrito de Itambacuri), no córrego Boleira foram “14 casas queimadas”; na margem esquerda do rio Itambacuri, nos córregos do Cafezinho, Limeira e Quiabo Assado foram “26 casas coloniais queimadas com os mesmos indícios”. O laudo também apontou a presença de gado bovino “estragando” as plantações dos colonos. Foram anexadas fotos das observações realizadas. Na última reportagem da série especial de Santos²¹, Alfredo Ferreghelti, vereador em Itambacuri, depois de narrar diversos casos de despejos com uso da força, fez o seguinte desafio:

Estou falando sobre fatos concretos. São tão grandes os crimes que o que eu digo pode parecer absurdo para quem vive longe, vive nas grandes cidades. Aliás, é fácil apurar se estou falando verdade ou mentira. O governo pode fazer um retombamento geral de todas as terras adquiridas pela COBRAICE. E então se verificará quanto roubo existe.

¹⁸ A Cobraice foi criada em 1939 para explorar a madeira da região Leste de Minas Gerais, além de manter grandes fazendas de engorda de gado para o mercado do Rio de Janeiro.

¹⁹ SANTOS, Adauto Alves dos. A Rapinagem de Terras no Vale do Rio Doce. Op. Cit., p. 3.

²⁰ SANTOS, Adauto Alves dos. O Drama da Terra nos Latifúndios. Grileiros no Vale do Rio Doce Ateiam Incêndios, Matam e Roubam. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 5 de maio de 1957, a. 10, n. 2105, p. 3. Disponível em https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/108081/per108081_1957_02105.pdf. Acessado em 26/11/2024.

²¹ SANTOS, Adauto Alves dos. O Drama da Terra no Vale do Rio Doce: sitiantes são presos e aterrorizados para que façam a transmissão da posse. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1957, a. 10, n. 2110, p. 3. Disponível em https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/108081/per108081_1957_02110.pdf. Acessado em 26/11/2024.

O depoimento do posseiro Jorge Francisco Agostinho ilustra bem a situação: “Roubaram tudo o que eu tinha. Só me deixaram os 11 filhos e oito netos”. Ele abriu sua posse em 1935, quando deixou a atividade de garimpeiro para trabalhar na obra da estrada Figueira (Governador Valadares) – Itambacuri. Ele conta que naquele tempo era “fácil conseguir uma posse”, pois o “progresso não havia chegado à região, impetuoso, como ocorreu lá por volta de 1945”, nem havia grilagem de terra. Em 1952 o posseiro requereu o direito preferencial de compra da terra onde residia e produzia, conforme a lei, e mesmo assim, em 1953, ele perdeu seu terreno pela ação de grileiros. Para Agostinho isso teria ocorrido porque a terra estava muito valorizada.²²

Podemos atribuir essa mudança de intensidade do progresso percebida por Agostinho, como impacto direto das infraestruturas de comunicação, transporte e comércio introduzidas, particularmente a rodovia Rio-Bahia. A rede de estradas vicinais ligadas à rodovia Rio-Bahia, que por sua vez conectava-se às ferrovias, criava uma capilaridade que acelerou a incorporação da região ao mercado interno do eixo Rio de Janeiro-São Paulo e, no contexto da Segunda Guerra Mundial, ao mercado internacional.

Esse novo contexto é marcado pela entrada da frente pioneira. A formação de um mercado especulativo de compra e vendas de terras, inclusive de compras de “direito de posse”, mesmo isso não tendo amparo legal, está associado à introdução da infraestrutura de transporte, à entrada do caminhão e do jipe, às medidas de saneamento e ao combate à malária.²³ Foi nesse contexto que se tornaram frequentes os conflitos agrários, principalmente as disputas pela posse da terra (SIMAN, 1988).²⁴

Em 1957, o jornal carioca “Imprensa Popular” noticiou a tentativa de despejo de 76 posseiros no Vale do Urupuca. Nessa matéria se encontra uma descrição de como operava a grilagem, principalmente a “medição de envolvimento”, caracterizada pela inclusão, por parte do agrimensor, das áreas de vários posseiros vizinhos, como se fossem pertencentes a área do terreno do

²² SANTOS, Adauto Alves dos. O Drama da Terra nos Latifúndios: posseiros do Vale do Rio Doce contam sua história dolorosa. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 4 de maio de 1957, a. 10, n. 2104, p. 1 (chamada), p. 3. Disponível em https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/108081/per108081_1957_02104.pdf. Acessado em 26/11/2024.

²³ VILARINO, M.T.B. *Da lata d'água ao SESP: tensões e constrangimentos de um processo civilizador no Sertão do Rio Doce (1942-1960)*. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2015. Disponível em <https://historia.fafich.ufmg.br/defesas/213D.PDF>. Acessado em 27/11/2024.

²⁴ SIMAN, L.C. *A história na memória: uma contribuição para o ensino de história das cidades*. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1988. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC-87HJV/1/1000000104.pdf>. Acessado em 27/11/2024.

fazendeiro ou empresa solicitante da legitimação de sua posse. Dessa forma os legítimos posseiros, que habitavam e cultivavam a terra por anos seguidos, eram expulsos devido ao engenhoso esquema entre grileiros e funcionários do Estado. Essa ação também tinha como protagonistas as grandes siderúrgicas.

As grilagens de terras nos Vales dos Rios Doce e Mucuri, obedecem, quase que invariavelmente, o figurino criado pela Belgo-Mineira. O grileiro adquire por preços irrisórios duas ou três posses de lavradores e requer medição do Estado. Entrando em «entendimentos» com o agrimensor designado, o grileiro envolve na medição as glebas dos posseiros das vizinhanças; registrada a planta, legitimadas as terras em nome do grileiro e até mesmo antes desta medida — ficam os velhos posseiros daquela área transformados em «invasores»; e contra invasor, é fácil mobilizar a polícia, são lícitos os crimes mais tenebrosos. E assim vai a pequena propriedade sendo engolida pelos latifúndios. (...) As terras boas despertam o apetite de inescrupulosos e a praga dos grileiros infesta o Vale do Rio Doce e no Mucuri.²⁵

Entre as grandes siderúrgicas, a Companhia Belgo-Mineira se destaca, pela implantação da grande siderúrgica, a carvão vegetal, em João Monlevade (atual Região Intermediária de Ipatinga, no Vale do Rio Doce), com atividade iniciada em 1937. A Belgo-Mineira implantou uma extensão rede de produção de carvão vegetal no Vale do Rio Doce, avançando para as “ilhas de Mata Atlântica” que se conservavam, particularmente no Norte do Rio Doce. A Belgo-Mineira se apropriou de grandes extensões de terra e dos recursos florestais, não apenas para produção de carvão, pois também extraiu e beneficiou madeira de lei e implantou uma grande fábrica de compensado em Governador Valadares. Nas áreas controladas pela Belgo-Mineira (a Acesita procedia da mesma forma), praticamente desapareceu a produção agrícola. Elas exerceram forte atração sobre a população rural, deslocando-a para a atividade carvoeira e madeireira. Esse poder de atração demográfica foi acompanhado pela constante flutuação populacional, em função do deslocamento das áreas de produção de carvão e pela degradação do solo.²⁶

²⁵ PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. Nas Margens do Rio Urupuca. Audaciosa tentativa de “grilo” contra setenta e seis posseiros. O dr. Tito de Oliveira Lima comprou 30 alqueires e quer, agora, ocupar mais de 600! – O agrimensor do Estado compactuou com o grileiro, no plano de roubo das terras. – Auxiliados pelo prefeito, os lavradores, há vários anos vêm defendendo os seus direitos. A luta chegou ao ponto culminante. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 12 de dez. de 1957, a.10, n. 2289, p. 8. Disponível em https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/108081/per108081_1957_02289.pdf. Acessado em 27/11/2024.

²⁶ STRAUCH, Ney (Org.). *A Bacia do Rio Doce: Estudo Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1955; SILVA, Edmundo de Macedo Soares. *O ferro na História e na Economia do Brasil*. Rio de Janeiro, s/ed, 1972; GUERRA, Cláudio.

O Vale do Urupuca pode ser considerado um caso clássico para a explicação das relações conflituosas entre frente pioneira e frente de expansão demográfica, como se pode ler na reportagem especial do jornalista Carlos Olavo Pereira (1957b) para o jornal carioca “Imprensa Popular”:

Os grileiros estão passando à ofensiva. Depois das sensacionais denúncias do Jornal do Povo e de outros órgãos da imprensa mineira sobre o roubo de terras e madeira do Estado nos Vales do Rio Doce e Mucuri, que motivaram a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito pela Assembleia Legislativa os grileiros sentindo ameaçados de desmascaramento as suas falcatruas, passaram a representar a farsa do ladrão que grita. Pega ladrão, para se safar dos perseguidores.²⁷

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) citada por Carlos Olavo da Cunha foi criada pela Assembleia Legislativa e teve como objetivo investigar os conflitos de terra e roubo de madeira, principalmente na zona do vale do Urupuca. Em depoimento para essa CPI, em 2 de dezembro de 1957, o Secretário de Estado da Agricultura de Minas Gerais, Álvaro Marcílio, afirma que gente poderosa e abastada ocupam de fato ou no papel terras que antes estavam com posseiros, principalmente aquelas localizadas “mais próximas dos centros populosos, melhor dotados de acesso e de meios de transportes”. Ele menciona os diferentes processos pelos quais as terras passam para a posse desses poderosos, violando “o direito dos legítimos ocupantes, trabalhadores humildes com encargos de famílias numerosas”.²⁸

Álvaro Marcílio, citando nominalmente os irmãos Tiago e Horácio Luz como exemplos da prática de apropriação de terras pertencentes a terceiros, afirma que eles não se restringiam às terras em situação de posse, mas se apoderavam também de “terrenos de há muito medidos e demarcados”. Tiago Luz tinha processo no qual reivindicava a titulação de terreno que antes formava 105 posses. O Secretário de Agricultura afirma que Tiago Luz também teria se apoderado de 32 propriedades confrontantes e, acrescentou,

Meio ambiente e trabalho no mundo do eucalipto. Belo Horizonte: Associação Agência Terra, 1995; e MARINHO Jr., L.D.; ESPINDOLA, H.S.; NODARI, E.S. Op. Cit.

²⁷ PEREIRA, Carlo Olavo da Cunha. Milhares de Alqueires de Terras Fértéis Estão Sendo “Grilados” pela Belgo Mineira. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, de 17 de set. de 1957, a. 10, n. 2217, p. 8. Disponível em https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/108081/per108081_1957_02217.pdf. Acessado em 27/11/2024.

²⁸ MARCÍLIO, Álvaro. *O problema das terras devolutas e suas matas no Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Santa Maria, 1961, p. 15.

que havia mais seis processos solicitando titulação de terra tramitando em nome de seus filhos.²⁹

Conforme reportagem especial de Pereira (1957c) se constata que havia reação dos posseiros, que organizados, conseguiam retomar as terras invadidas por grileiros.³⁰ A matéria destaca as condições que favoreciam essa retomada da terra ou evitava a concretização da grilagem: a “firmeza dos posseiros dispostos a defenderem suas propriedades”; os “protestos dos dirigentes sindicais valadarenses”; as “denúncias da Imprensa”; e a “posição enérgica” do Juiz de Direito Joaquim Assis Martins da Costa, da comarca de Governador Valadares. Nos casos em que os camponeses retomavam as suas terras, os grileiros entravam com solicitação de reintegração de posse, acusando os camponeses de invasores.

Entretanto, essa estratégia deixou de funcionar, em meados da década de 1950, a partir do momento que Juiz da comarca de Governador Valadares passou a determinar a verificação *in loco* e, dessa forma, constatava o direito legítimo dos camponeses sobre os terrenos. Essa mudança de atitude aumentou as tensões no campo e, conseqüentemente, cresceram os conflitos agrários e a violência se generalizou.

Os conflitos não envolviam apenas fazendeiros e madeireiros, como é típico das regiões de fronteira agrícola, mas incluía empresas de mineração e grandes siderúrgicas. Criada durante a Segunda Guerra Mundial, a indústria de beneficiamento de mica, centralizada na cidade de Governador Valadares, para atender o esforço de guerra dos países aliados, prosperou nos anos seguintes. Minas de extração desse minério estratégico se abriram por toda região do Vale do Rio Doce, particularmente no Vale do Urupuca, agravando a disputa pelo controle das terras. Na reportagem especial de Carlos Olavo Pereira, de novembro de 1957, se pode perceber os elementos mencionados acima.

No município do Santa Maria do Suassui, no ângulo formado pelos rios Urupuca ao desaguar no Suassui Grande, existem mais de 600 alqueires de terras devolutas do Estado, ocupadas por 76 posseiros desde muitos anos atrás. Em 1942, o posseiro Simplício descobriu uma rica jazida de mica, que foi logo arrendada pelo Dr. Tito de Oliveira Lima, um dos donos da COMIL [Comércio

²⁹ Idem, p. p. 43-44.

³⁰ PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. O Drama da Terra. Expulsos os Jagunços da Belgo pelos colonos da Suassui Grande. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 28 de nov. de 1957, a. 10, n. 2277, p. 8. Disponível em https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/108081/per108081_1957_02277.pdf. Acessado em 27/11/2024.

e Indústria de Mica Ltda]. Pretendendo apoderar-se de toda a área, adquiriu 3 posses de lavradores e requereu medição ao Estado. Percebendo os posseiros que suas glebas estavam sendo envolvidas na medição, reuniram e impediram-na.³¹

Em 1945, de forma ardilosa, o agrimensor conseguiu realizar a medição. Os posseiros só tomaram conhecimento em 1950, quando souberam que o Governo de Minas iria expedir o título de propriedade para Tito de Oliveira Lima. Os posseiros se organizaram e enviaram ao Secretário de Estado da Agricultura um abaixo assinado, no qual relatavam que viviam, residiam e produziam na área. Sobre o assunto, Pereira (1957a) informa:

Ninguém melhor do que o Prefeito de Santa Maria do Suaçuí, Sr. Geraldo Benigno Lima, poderia conhecer o caso. Sabedor do que se passava, embarcou para Belo Horizonte e conseguiu a garantia da Secretaria da Agricultura de que o esbulho não se daria. A atitude justa deste Prefeito tem sido seguida também pelo seu sucessor, eleito em 1954, o Dr. Nacip Raydan Coutinho³², que tem batalhado incansavelmente para que a grilagem audaciosa não se consume.

O Secretário Álvaro Marcílio enviou uma comissão de inquérito formada por três agrimensores, porém os posseiros ficaram inquietos ao constatarem que o trabalho foi acompanhado, todo o tempo, pelo dono da COMIL. “Se é verdade que os lavradores aguardam ansiosamente a palavra do Governo sobre seu caso, não é menos verdade também que estão firmemente dispostos a não se deixarem roubar”.³³ A CPI da Assembleia Legislativa de 1957³⁴ deixa claro quem são os “poderosos e abastados”, ao citar indústrias madeireiras, particulares e companhias siderúrgicas:

Resposta [Álvaro Marcílio]: – IMAPEBRA, COBRAICE, Augusto de Souza Pinto & Filho Ltda., ANASTRIS, Adir Martins de Barros, Isalpino Carlos de Oliveira e Geronil de Freitas Heringer são as principais firmas ou pessoas que retiram madeira ...

³¹ Idem.

³² Em 14 de abril de 1962, o deputado estadual Nacip Raydan Coutinho (PSD) foi assassinado ao chegar à sua residência, em Santa Maria do Suaçuí. Esse crime esteve nos centros das disputas políticas entre o PSD e a UDN, do governador Magalhães Pinto (1961-1966).

³³ PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. Nas Margens do Rio Urupuca. Audaciosa tentativa de “grilo” contra setenta e seis posseiros. Op. Cit., p. 12.

³⁴ MARCÍLIO, Álvaro. Op. Cit., p. 130 e 135.

O Sr. *Deputado Hernani Maia* – V. Exa. Afirmou que a única Companhia que adquiriu áreas enormes de terras foi a ACESITA e concluiu então, como todos nós, que as demais áreas foram obtidas diretamente por particulares e revendidas a outras Companhias, não é verdade?

O SR. ÁLVARO MARCÍLIO – Sem dúvida, é verdade.

Vivências Rurais do Conflito pela Posse da Terra no Urupuca

Os relatos de pessoas que viveram na zona do vale do Urupuca, entre 1945 e 1961, podem ajudar na compreensão dos conflitos agrários discutidos nesse artigo. Para tanto, são utilizados os relatos de duas irmãs³⁵, que nasceram na região da bacia do rio Suaçuí Grande, em duas localidades pertencentes ao município de Peçanha³⁶. A mais velha, aqui designada de Entrevistada 1, nasceu em 1928, no distrito de Ramalhete (emancipado com o nome de Virgolândia, em 1948). Casou-se com um delegado de polícia e, em função do trabalho do marido, morou em diferentes lugares na região de Governador Valadares (emancipado do município de Peçanha, em 1938). A mais nova é a Entrevistada 2, que nasceu, em 1933, no distrito de São Pedro do Suaçuí (emancipado com o mesmo nome, em 1962). Ela reside, desde os seus 14 anos, numa propriedade rural, próxima às margens do rio Urupuca, no município de Frei Inocência, quando se casou com o proprietário.³⁷

Os depoimentos das entrevistadas fornecem um panorama das mudanças que estavam em curso, tais como a abertura de estradas de rodagem, a entrada em cena do caminhão e a formação de um mercado regional. Os relatos também se coadunam com a informação anteriormente registrada sobre a exploração dos recursos florestais por companhias como a Belgo-Mineira e a atração e deslocamento da população rural, ora em função de frentes de trabalho ora pela expulsão da terra. Essas mudanças refletem a formação na zona de fronteira de uma frente pioneira sobreposta a anterior frente de

³⁵ Entrevista realizadas em 2017, pertencente ao acervo do Projeto de pesquisa: O Vale do Rio Doce: a História dos movimentos sociais de luta pela terra, financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Edital 12/2015 – Memórias brasileiras: conflitos sociais. Observatório Interdisciplinar do Território do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Gestão Integrado do Território da Universidade Vale do Rio Doce – OBIT/GIT/Univale.

³⁶ Peçanha foi um arraial aurífero que se formou em 1758; se tornou distrito, em 1822, e foi emancipado do Serro, em 1875.

³⁷ É importante salientar que na transcrição não se alterou o conteúdo da fala das entrevistadas, mas fez-se uma pequena edição. Também não se mencionou o nome das entrevistadas assegurando-lhes o direito de omissão de sua identificação ou de dados que possam comprometer-las.

ocupação demográfica, com o estabelecimento de uma nova racionalidade fundamentada numa lógica de “mercado”.

Pelo relato da Entrevistada 1 se constata que, na década de 1940, houve uma progressiva substituição das lavouras pela pecuária de corte, concomitante com o crescimento da extração de madeira para abastecer as serrarias de Governador Valadares, cidade onde a entrevistada vive.

“Serraria era aqui indo para a igreja; perto da Catedral tinha uma serraria, e na avenida Brasil era Serraria. [Onde] Hoje tem hospital Santa Terezinha, tem casa de comércio (...) [No passado] só tinha era serraria”. “Ele [o pai da entrevistada] trabalhava em qualquer coisa que desse para ele, mas ele era carreiro. Mexia com madeira”.

(Entrevistada 1, Governador Valadares, 2017.)

As duas entrevistadas viveram na região formada pela bacia do rio Suaçuí Grande, um dos principais afluentes da margem esquerda do rio Doce, particularmente na zona conhecida como vale do Urupuca. Nessa região, a posse da terra pelos camponeses foi passageira, pois durou até que as estradas vicinais colocassem a região em contato com a rodovia Rio-Bahia. A valorização das terras e sua apropriação por fazendeiros e empresas provocaram a desestruturação das comunidades de posseiros, os modos de vida rural das famílias camponesas e seus sistemas produtivos de vizinhança (mutirão, compadrio e solidariedade).³⁸ Os processos de legitimação de terras com finalidade de titulação, sob a guarda do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER), oferecem rica informação sobre a área do vale do Urupuca e município de Itambacuri, para o período entre 1945 e 1961. As informações dos processos permitem relacionar o acesso as estradas e a valorização dos terrenos.³⁹

Os processos mostram que a grilagem de terra foi recorrente no Urupuca e gerou conflitos com os camponeses-posseiros que ali se assentaram

³⁸ O estudo realizado por Castaldi permite conhecer esses processos de desestruturação no Vale do Urupuca e suas consequências para o modo de vida rural das comunidades camponesas. CASTALDI, Carlo. A aparição do demônio no Catulé. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, São Paulo, jun. de 2008, v. 20, n. 1, pp. 305-357. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ts/a/bGy4xnZkfRnRyj4YFL4nX7v/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em 27/11/2024,

³⁹ O processo de legitimação de terra para fins de titulação da posse contém informações sobre o requerente; localização do terreno requerido; qualidade, uso e ocupação do solo; proximidade com rodovias e estações ferroviárias; recursos hídricos, relevo, clima e salubridade, quantidade de mata e existência de minério; atividades rurais existentes, áreas de agricultura e pasto, benfeitorias, quantidade de gado, tipos de lavouras e exploração de madeira. É possível extrair ainda informações sobre confrontantes, situação do lote, área, perímetro, data que ocorreu a medição, preço do terreno no período que ele foi medido, nome do agrimensor, escritório de terras ao qual o processo está ligado.

anteriormente. Da grilagem de terras resultou, além de confrontos, alta concentração fundiária. Como resposta à ação de grilagem cresceram os conflitos agrários no Urupuca, cujo auge foi a segunda metade da década de 1950 e os anos iniciais da década seguinte, como testemunhou a Entrevistada 1, com alguma hesitação:

“Urupuca, o meu tio tinha terreno lá, nessa Urupuca. É lá, eu sei que o Urupuca é beirando o Suaçuí, neh.” Ah... agora que eu lembrei o nome do homem que eles era implicado (com) tio Zé Pena. Êles tinha uma encrenca. Éra Horácio Lúcio [Horácio Luz, mencionado por Marcílio na CPI da Assembleia Legislativa, em 2 de dezembro de 1957⁴⁰] (...) Mas nós não ligava isso, era, num sabia de nada, num tinha, num era ligada com essas coisas. Eu vi falar que eles dois era implicado. Não sei o que aconteceu com eles dois.

A Entrevistada 2 menciona esse litígio envolvendo o tio: “José Martins Pena era o que tinha. Não sei se era fazenda, sei que ele tinha terreno lá pra aqueles lado do Urupuca. Diz ele que a Urupuca parecia Valadares, que era um terreno bonito, (chamavam de) Lagoa Dourada”⁴¹.

Entrevistada 2: Ele mandou sargento Antônio, era jagunço dele, e ele mandou ele ir lá pra mostrar a divisa. Mas meu tio era muito sabido, valentão. Nesse tempo, de primeiro não tinha negócio de justiça (...) E ele [Horácio Luz] mandou [o sargento] lá pra matar ele [Jose Martins Pena]. Ele [o sargento] chegou e gritou pra ele sair, para ele matar ele. Ele gritou ele: oh Zé Pena. Oh Zé Pena sai fora. Ai ele gritou lá: como homem você pode entrar aqui, mas como polícia, como sargento você num entra não. Não, eu não vim para isso não. Mas ele [Horácio Luz] tinha mandado ele, que era pra ele olhar as divisa, e ele matava ele dentro da mata e ninguém sabia.

Quando questionada sobre casos aleatórios envolvendo grilagem de terras, novamente a Entrevistada 1 dá resposta direta, mas em seguida muda de assunto:

⁴⁰ MARCÍLIO, Álvaro. Op. Cit.

⁴¹ Lagoa Dourada compõe o complexo lacustre do Rio Suaçuí Grande e Urupuca, encontrando-se localizada às margens do rio Urupuca. Cf. LIMA, J. M.; SANTOS, C. A. Análise da evolução temporal da degradação ambiental da Lagoa Dourada inserida no complexo lacustre do Rio Suaçuí Grande e Urupuca, afluentes do Rio Doce-MG. *Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009, INPE, p. 1417-1424. Disponível em <http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2008/11.17.13.06.22/doc/1417-1424.pdf>. Acessado em 27/11/2024.

Vejo falar que antigamente tinha acontecido isso por aqui, mas eu não lembro e nem sei quem é também, porque eu vivia doida trabalhando. Eu costurava nas casas dos outros. As vezes eles estavam conversando assim; eu nem prestava atenção.

A Entrevistada 2, ao falar dos conflitos, principalmente envolvendo os parentes, escolhe as palavras com cuidado. Na conversa, sempre volta no nome de Horácio Luz: “Tinha uma porção de gente, de comprador, comprador de fazenda. Tinha o Horácio Lúcio. Tinha Zé Nicolau. Mas eu não conheci eles não, que eles não andavam pro lado de lá, onde nós morávamos não. Esses daí que era os comandantes. Matava gente”.

Essa lembrança confirma o depoimento do Secretário de Agricultura à CPI da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, de 1957, já mencionado.⁴² O cuidado com a escolha das palavras e a hesitação das entrevistadas revela que tais assuntos ainda são espinhosos, mesmo passados tantos anos. Naquele contexto dos anos de 1950, no entanto, se por um lado crescia a expulsão de posseiros de suas terras, por outro se ampliavam os conflitos agrários devido a resistências dos posseiros e a cobertura da imprensa.

Em outras regiões do Brasil não foi diferente, a exemplo dos movimentos sociopolíticos rurais que emergiram em alguns estados brasileiros, destacando-se, pela repercussão alcançada, as Ligas Camponesas criadas em Pernambuco, em 1955. Além da difusão das Ligas Camponesas para outros estados, ocorreu no mesmo período, pelo esforço do Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁴³, a partir do início da década de 1950, a organização de trabalhadores rurais em sindicatos, mesmo não existindo legislação trabalhista que autorizasse o sindicalismo rural. Em 1956, o jornal “Terra Livre”⁴⁴, de São Paulo, noticiava a existência de 49 sindicatos de trabalhadores rurais organizados no Brasil, com 18 em São Paulo; 10 em Pernambuco; cinco em Minas Gerais; quatro no Paraná e na Bahia; três no Rio Grande do Sul; um nos estados do Rio de Janeiro, Alagoas, Ceará, Goiás e Santa Catarina. Em Minas Gerais, dois

⁴² MARCÍLIO, Álvaro. Op. Cit., p. 43-44.

⁴³ BORGES, Maria Eliza L. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais. Rev. Brasileira de História, São Paulo, 2004, v. 24, n. 47, p.303-326. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbh/a/J6mSyPGtY5GNKTKWrV7Hpp/abstract/?lang=pt>. Acessado em 27/11/2024.; COSTA, Luiz Flavio de Carvalho. PCB e a questão do sindicalismo rural 1954-1964. Tese (Doutorado em História), USP, São Paulo, 1991; COSTA, Luiz Flávio Carvalho. A construção da rede sindical rural no Brasil pré-1964. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, nov. de 2013. v. 2, n. 1, pp. 67-88.

⁴⁴ VIDA SINDICATOS RURAIS. 49 sindicatos organizados. *Terra Livre*, São Paulo, segunda quinzena de outubro de 1956, a.8, n. 74, , p. 2. Disponível em https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/814261/per814261_1956_00074.pdf. Acessado em 27/11/2024.

sindicatos estavam no Sul de Minas e três nos vales do Rio Doce e do Mucuri, incluindo o de Governador Valadares.⁴⁵

No início da década de 1960 os conflitos agrários ocuparam um lugar significativo na conjuntura política nacional. Esses conflitos motivaram a proposta de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, por parte do deputado federal Cunha Bueno, em 1964, e instalada na Câmara de Deputados pela Resolução nº 51, de 1965. O personagem muito citado pelas duas entrevistadas e pela cobertura jornalística, Horácio Luz, tem destaque nas questões levantadas pelo referido deputado, inclusive sobre a morte do “latifundiário” em confronto com posseiros. Essa morte ocorreu em 1961, como noticiou o jornal “Terra Livre”, com a manchete: “Liquidado um perigoso latifundiário”⁴⁶:

Trata-se do tristemente famoso coronel Horácio Luz, proprietário de grandes extensões de terra no Vale do Rio Doce, latifúndio somente comparado às terras da Companhia Belgo Mineira. Consta que o conhecido massacrador de camponeses agrediu a um dos seus trabalhadores a chicotada no rosto, recebendo, em troca, uma boa carga de chumbeira, que lhe deu mais de 7 palmos de terra, dessa vez no cemitério.

O deputado Cunha Bueno perguntou ao depoente Coronel Altino Machado sobre os processos utilizados pelo “falecido Horácio Luz”, referindo-se à prática de atear fogo “nos casebres dos posseiros” e, “até mesmo”, de castrar. O depoente procura se esquivar, mas acaba por dizer que “sabia que era um homem difícil, como difícil é o outro irmão Tiago Luz...”⁴⁷

Ainda hoje a postura violenta e a morte do latifundiário são assuntos recordados, como se percebe na fala da Entrevistada 1:

E agora eu não sei se o Horácio Luz era daqui do Frei Inocêncio, que ele morava, ou como é que era. Eu sei que eles dois era meio encrencado um com o outro. Sempre uma notícia que a gente

⁴⁵ O Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Governador Valadares promoveu, em 1955, uma grande marcha pela reforma agrária, com trabalhadores rurais provenientes de diversas localidades do Vale do Rio Doce. Cf. PEREIRA, Carlos Olavo da C. *Nas terras do Rio Sem dono*. Rio de Janeiro: Codecri, 1988, p. 85-86.

⁴⁶ LIQUIDADO UM PERIGOSO LATIFUNDIÁRIO. *Terra Livre*. São Paulo, out. de 1961, a. 12, n. 104, p. 1. Disponível em https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/814261/per814261_1961_00104.pdf. Acessado em 27/11/2024.

⁴⁷ CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a verificar “in loco” as origens, natureza e profundidade da agitação reinante nos meios rurais de Governador Valadares, em Minas Gerais, e em qualquer outro ponto do território nacional. Projeto de Resolução, n. 103, de 1965. Diário do Congresso Nacional, Seção 1, Suplemento 110, 17 de agosto de 1965, p. 59. Disponível em <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD17AGO1965SUP.pdf>. Acessado em 28/11/2024.

ouvia era por causa de um dono de uma fazenda encrocado, igual eles matam lá no Pará, neh. Eles matavam. Tinha gente, gente enrolada, nesse povo. Eu não sei o nome deles; esqueço.... Era muito, o povo de primeiro, eles era bravo, mas era bravo calado, hoje eles faz um barulho primeiro.

A Entrevistada 2, sobre o uso da força por parte do latifundiário, relata:

Os outros fazendeiros... eles contavam. Vi eles contar. Estava conversando. Que esses tempos antigos, os pais da gente não deixavam ficar no meio de gente. Aí eu via eles contar lá, que eles tomava as coisas dos outros, tomava as terras dos outros. Dos que eu via contar era o Zé Nicolau e o Horácio Lúcio, que diz que botava fogo nas casas com o pessoal dentro. Horácio Lúcio eu sei com certeza que ele fazia isso, porque ele tocou muito meu tio.

A Entrevistada 2 também comenta sobre a morte do fazendeiro Horácio Luz e o litígio deste com seu tio José Martins Pena. “É, mandar matar por conta da lagoa. Que ele queria tomar a lagoa, meu tio não deixou. Ele queria matar ele. No fim ele (Horácio Luz) que morreu matado. Porque um aleijado matou ele”. O fato de o latifundiário ter sido morto por um posseiro ficou gravada na memória da entrevistada. Ela enfatizava o fato de que um fazendeiro com tanto poder na região ter sido morto vítima de suas próprias artimanhas e por alguém “inferior”, por um “deficiente”.

Os episódios lembrados pelas duas entrevistadas ajudam a compreensão do cotidiano vivido pelos diferentes atores ligados aos conflitos pela terra no vale do rio Doce, representados aqui pelos acontecimentos violentos no Vale do Urupuca. Os motivos que desencadearam aqueles conflitos se ligam a interesses capitalistas, de particulares (fazendeiros) e de empresas (siderúrgicas, madeiras, mineradoras), que também mantinham grandes latifúndios de engorda de gado bovino. Se configurou um território marcado por relações desequilibradas de poder, no qual “gente poderosa”⁴⁸ utilizava de forma generalizada força/violência, com cumplicidade de agentes públicos.

Avanço da frente pioneira e os conflitos pela terra

Para Sawyer, a expulsão de camponeses-posseiros de suas terras tem relação com o avanço das “frentes especulativas”, ou seja, das expectativas

⁴⁸ Como mencionado antes, a expressão foi utilizada pelo Secretário da Agricultura de Minas Gerais, Álvaro Marcílio, no seu depoimento para a CPI da Assembleia Legislativa, em 1957.

de valorização do preço das terras, particularmente aquelas próximas às rodovias recém-abertas.⁴⁹ Esse conceito pode ser aplicado ao que aconteceu no vale do Urupuca, especialmente no tocante a terra ser disputada não pela utilidade para a produção agrícola ou pecuária, mas pela especulação devido à valorização. Isso pode ser lido no “Imprensa Popular”, cuja manchete foi: “Despejados os Lavradores da Terra e ‘Confiscados’ os seus Bens”⁵⁰. Depois de explicar a ação para se apoderar das terras dos posseiros, a reportagem segue:

O seu objetivo, porém, não demorou ser posto a nu: tratava-se de uma grandiosa marmelada, que consista na venda das terras à Acesita (Companhia de Aços Especiais Itabira S/A), dentro de determinado prazo e inteiramente livres de ocupantes. A empresa grileira imediatamente levou sua pretensão à Justiça, mas tão gritante era a marmelada que o juiz de Direito de Itambacuri recusou-se fornecer-lhe a ordem de “reintegração de posse”. Igual atitude tomaram os Juízes de Teófilo Otoni e de Governador Valadares.

Apesar de existirem outros atores que obtiveram porções de terra de forma violenta ou por manipularem as brechas da lei, os nomes de Tiago e Horácio Luz ficam bastante evidentes em toda documentação e nas falas das entrevistadas, pelas grandes extensões de terras que controlavam nos vales dos rios Urupuca, Itambacuri e Suaçuí Grande. Um exemplo é o processo de legitimação de terras iniciado em 1950, que se refere a um terreno localizado na zona de Urupuca. Tiago Luz requereu em nome do filho Friedrich Luz, de oito anos de idade, a medição de um lote de 250 ha, alegando cultivar mais de um quinto da área. A partir da área inicial, Tiago Luz obteve grandes porções de terras.⁵¹

Esse processo permite compreender as várias formas de burlar a lei, entre elas a compra de um terreno por uma criança (Friedrich Luz), mesmo existindo veto para estrangeiros e menores de idade comprarem terra; outro

⁴⁹ SAWYER, Donald R. *Ocupação e Desocupação da Fronteira agrícola no Brasil: Ensaio de interpretação estrutural e espacial*. In: Seminário Regional Expansão da Fronteira Agrícola e Meio Ambiente. 1981. Belo Horizonte: CEPAL/PNUMA/ UFMG, 1981. p. 1-28.

⁵⁰ INDIGNAÇÃO EM GOVERNADOR VALADARES. Despejados os Lavradores da Terra e “Confiscados” os seus Bens. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, ano 10, n. 2007, de 6 de janeiro de 1957. p. 4. Disponível em https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/108081/per108081_1957_02007.pdf. Acessado em 28/11/2024.

⁵¹ ESPINDOLA, H.S. Legitimação e mercantilização de terras em Minas Gerais. In: XXV Simpósio Nacional de História. Anais Eletrônicos. Fortaleza: ANPUH, 2009, p. 7. Disponível em https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019-01/1548772189_ce8345a4dc1645470bc64d0b6ad4f6c2.pdf. Acessado em 28/11/2024.

fato estranho é a quitação deste lote dois anos antes da aprovação da medição e venda. Os elementos no processo são mais que suficientes para comprovar que a família Luz não residia no terreno nem tinha produção regular, como exigia a legitimação da posse e o registro do terreno como propriedade. Essa situação corresponde ao afirmado pelo Secretário de Agricultura: “apropriação indébita, realizada por latifundiários insaciáveis, da balbúrdia dos limites e da defesa resoluta do direito ‘natural’ criado pelo verdadeiro ocupante”, fazendo surgir “os conflitos em que a iniquidade da espoliação se consumava, muitas vezes, em dramas sangrentos”.⁵²

A questão das terras devolutas e a formação de um mercado de terras, num contexto em que é necessário a legitimação da propriedade privada pelo poder público, envolveu relações de poder, nas quais um dos polos (fazendeiros e empresas) detinham nítidas vantagens, inclusive de obter favores de agentes públicos e de pressionar os poderes públicos locais e estadual. O pai de Friedrich Luz, além de bem assessorado por advogado conhecedor da questão, como se identifica no processo, também recorreu a agentes públicos e pessoas influentes para ajudá-lo, como é o caso do Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S/A, que escreveu, em setembro de 1958, ao Secretário de Estado da Agricultura, Álvaro Marcílio, em favor da pretensão da família. No final, a decisão foi favorável aos Luz.

Na exposição para a CPI da Assembleia Legislativa, o Secretário da Agricultura Álvaro Marcílio afirmava que os vales do Urupuca e Itambacuri são áreas de constantes “reclamações e denúncias formuladas” acerca da questão da terra.⁵³ Vários processos de legitimação de terras examinados tem o nome da família Luz, no período entre 1930 e 1960.⁵⁴ Observa-se neste e em vários outros, a personificação do poder em Horácio Luz. Entretanto, a questão da terra não ficou restrita a esse período, pelo contrário, atravessou o século XX, chegando aos dias atuais, como mostra reportagem do “O Estado de São Paulo”, de 05 de junho de 2003, com o título “Fazendeiro pede reintegração de

⁵² MARCÍLIO, Álvaro. Op. Cit., p. 16.

⁵³ Idem, p. 36.

⁵⁴ Aparece em seis processos, com os números: 15.628 com medição aprovada em 1930; 16.372 com medição aprovada em 1947; 15.610 com medição aprovada em 1939; 15.623 com medição aprovada em 1939; 16.634 com medição aprovada em 1938. Arquivo Fundiário Rural de Minas Gerais, sob a guarda do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER). Banco de Dados do Observatório Interdisciplinar do Território do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Gestão Integrado do Território da Universidade Vale do Rio Doce – OBIT/GIT/Univale. (A Lei nº 21.082, de 27/12/2013, extinguiu a autarquia ITER, passando suas atribuições para a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa, tendo criado a Subsecretaria de Acesso à Terra e Regularização Fundiária.)

posse no Vale do Rio Doce”. A matéria trata de conflito pela terra na região, envolvendo parentes de Horácio Luz.⁵⁵

O fazendeiro Horácio Ferreira de Souza Luz, dono da fazenda Royal Aranã, no município de Itambacuri, no Vale do Rio Doce, informou nesta quinta-feira ter dado entrada em pedido de reintegração de posse. A área foi invadida no sábado [31/5/2003] por cerca de 140 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (...). De acordo com o MST, aproximadamente 280 famílias estão acampadas nas propriedades.

Sob o peso da crise política institucional gerada com a renúncia do presidente Jânio Quadros (25 de agosto de 1961), realizou-se na capital Belo Horizonte, entre os dias 15 e 17 de novembro de 1961, o Primeiro Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Convocado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), com cerca de 1.600 delegados de 20 estados brasileiros, o congresso contou também com a participação de outras forças políticas que atuavam no campo, como as Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores Sem Terra – Master.⁵⁶ Na pauta o problema da posse da terra no Brasil; a questão das terras devolutas; reforma agrária; arrendamentos de terra; direitos dos pequenos proprietários rurais; segurança aos assalariados; e a organização dos trabalhadores do campo. A presença do presidente da República João Goulart, há apenas dois meses no poder, do primeiro-ministro Tancredo Neves, além do então governador do estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto⁵⁷ contribuiu para a expectativa de que a luta pela terra estava pendendo favoravelmente aos trabalhadores rurais.

No período entre 1961 e 1964 a luta pela terra no Brasil ganhou força, particularmente na região de Governador Valadares, motivando inclusive a CPI proposta pelo deputado federal Cunha Bueno. Em março de 1964 o jornal “Terra Livre” trouxe um “Suplemento Especial”, com ampla cobertura dos acontecimentos em Governador Valadares.⁵⁸ O suplemento traz seis matérias

⁵⁵ AGENCIA ESTADO. Fazendeiro pede reintegração de posse no Vale do Rio Doce. *Estadão*, São Paulo, 05/06/2003. Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/fazendeiro-pede-reintegracao-de-posse-no-vale-do-rio-doce/?srsltid=AfmBOorlaTtkhbsbxphfEcBFivb1uJHPHtro3gvayvFtXtPyIW-r-U3f9>. Acesso em 28/11/2024.

⁵⁶ COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense universitária: UFRRJ, 1996, p. 71.

⁵⁷ Na visão de Borges, o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, fazia um jogo dúbio que ora apoiava as organizações de trabalhadores rurais, ora aflagava latifundiários. BORGES, Maria Eliza Linhares. *Utopias e contra utopias*. Op. Cit. p. 80.

⁵⁸ Na primeira página a manchete “Chicão e mais de 5 mil camponeses querem os latifúndios da Anglo e

sobre os conflitos agrários no Vale do Rio Doce, permitindo compreender a situação tensa a que chegou a luta pela terra, cujo centro polarizador era a cidade de Governador Valadares. A chamada na primeira página é expressiva: “Chicão e mais 5 mil camponeses querem os latifúndios da Anglo e da Grã-duquesa”.⁵⁹

Entretanto, o final dessa história é tragicamente conhecido. Com o Golpe de Estado de 31 de março de 1964, a repressão atingiu violentamente as organizações camponesas e abortou o projeto de reforma agrária que se iniciaria por Governador Valadares, com assentamento de trabalhadores rurais sem terras na propriedade do governo federal localizada próximo a cidade, denominada de Fazenda do Ministério. Os movimentos sociais rurais foram reprimidos em todo o Brasil. No Vale do Rio Doce o golpe consolidou a passagem da pequena posse agrícola para a grande fazenda de criação de gado bovino e o poder das grandes companhias siderúrgicas, madeireiras e de mineração, estabelecendo o predomínio da lógica capitalista.

Isso não foi suficiente, no entanto, para impedir a luta dos posseiros, como se constata pela matéria do “Jornal do Brasil”, de 6 de junho de 1970: “Minas têm vasta região em pé de guerra porque terras de posseiros são ameaçadas”. Era noticiada a luta de posseiros contra tentativa de grilagem: “posseiros de terras devolutas no vale do Urupuca — Município de São José da Safira — decidiram se defender a bala da ameaça de invasão das terras por eles ocupadas há vários anos”.⁶⁰ Na atualidade o termo Urupuca⁶¹ continua

da Grã-Duquesa” é seguida da chamada “No Vale do Rio doce, um homem é o pesadelo dos “coronéis de boi”. Sapateiro remendão, Francisco Raimundo da Paixão, comanda a luta dos camponeses sem terra de Governador Valadares e de toda a região. Abrindo os olhos para o futuro, tendo em mira as reformas de base, Chicão declara ao enviado especial de Terra Livre: ‘Só agora compreendi o desastre da agricultura brasileira, nos moldes em que ela está sendo tratada’. (Leia entrevista de Chicão na página interna do Suplemento Especial desta edição).” Para todas matérias publicadas, veja: *Terra Livre*, São Paulo, mar. de 1964, a. 14, n. 132, p. 1.

⁵⁹ Seguem as matérias publicadas no suplemento especial: 1) “Grito de reforma agrária dos mineiros repercute em todo território nacional. Mais de 2 mil lavradores sindicalizados em menos de um mês – ‘Coronéis de boi’ organizam ‘milícias de capangas’, com medo das reformas que o povo exige. Chicão, à frente do movimento, não recuará até a entrega das terras aos camponeses.” 2) “Valadares: Sindicatos Operários apoiam irmãos camponeses e pedem Exército contra grupos armados”. 3) “Solidariedade Operária aos Camponeses”. 4) “Governador Valadares: Fazenda do Ministério para os Camponeses”,) “Desapropriação da Anglo e das terras abandonadas da Grã-duquesa de Luxemburgo.” 6) “Chicão e mais 5 mil camponeses querem os latifúndios da Anglo e da Grã-duquesa”.

Veja: Idem, pp 9, 10 e 11.

⁶⁰ **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano 80, n. 51, 6 de junho de 1970, p. 12. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1970_00051.pdf. Acesso: 14 ago. 2019.

⁶¹ O Vale do Urupuca corresponde aos municípios de Água Boa, São José da Safira, Malacacheta, Itambacuri, Marilac, Franciscópolis, localizada ao norte do Rio Doce.

associado aos conflitos agrários, pois antigos posseiros ocuparam a fazenda Formosa-Urupuca, em 1995, dando origem ao assentamento de reforma agrária.⁶²

Com a redemocratização do país, nos anos 1980, os sindicatos de trabalhadores rurais foram aos poucos se reorganizando; bem como o movimento social de luta pela terra, a exemplo do movimento nacional liderado pelo Movimento Sem Terra (MST), começou a se articular no vale do rio Doce. Então, no início da década de 1990, várias ocupações de terra foram realizadas. Em 2010, no Vale do Rio Doce, eram 23 assentamentos de reforma agrária.⁶³

Considerações Finais

As pesquisas sobre a ocupação do território brasileiro, realizadas nas décadas de 1940 e 1950, sob a influência dos geógrafos franceses Pierre Monbeig (1908-1987) e Pierre Deffontaines (1894-1979), entusiasmaram o alemão Leo H. Waibel (1888-1951), cujo trabalho buscou compreender as zonas de fronteira no Brasil, concentrando-se nos estudos das chamadas frentes pioneiras.⁶⁴ Waibel, no estudo de 1955, “As zonas pioneiras do Brasil”, abriu uma linha de investigação sobre a fronteira diferente dos estudos que predominavam na época, centrados nos ciclos econômicos e no povoamento do Brasil, tais como os trabalhos realizados por Caio Prado Júnior⁶⁵, Sérgio Buarque de Holanda⁶⁶ e Celso Furtado⁶⁷. Waibel buscou estudar o processo de ocupação do território brasileiro (expansão da fronteira), diferenciando-o da “frontier” nos EUA, caracterizada pelo avanço dos colonos sem interrupção para Oeste. No Brasil o povoamento se fixou nas regiões de Mata Atlântica, se configurando as

⁶² Portaria INCRA/SR-06/Nº22, de 2 de julho de 1997, cria o Projeto de Assentamento denominado Formosa Urupuca, localizado no município de São José da Safira/MG, publicado no DOU nº 125 de 03/07/1997. Diário da União, Publicado em: 12/07/2018, ed. 133, seção 1, p. 4.

⁶³ Para saber sobre a luta pela reforma agrária no vale do rio Doce consultar: VILARINO, Maria Terezinha Bretas; GENOVEZ, Patrícia Falco. Caminhos da luta pela terra no Vale do Rio Doce: conflitos e estratégias. Governador Valadares. Ed. Univale, 2019. Disponível em: <https://projetosbic.wixsite.com/lutapelaterra/livros>. Acesso em 23 de nov. de 2024.

⁶⁴ WAIBEL, Leo H. Op. Cit.

⁶⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.

⁶⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e fronteiras. 3. ed. São Paulo: Quiron, Companhia das Letras, 1994.

⁶⁷ FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Publifolha, 2000.

zonas pioneiras nas década de 1940 e 1950, induzidas pelo desenvolvimento do mercado capitalista centrado no Rio de Janeiro e São Paulo.

O processo de ocupação das terras nos Vales dos Rios Doce, os conflitos que marcaram o Vale do Urupuca e a formação da Zona do Contestado entre Minas Gerais e Espírito Santo corroboram a tese de Waibel para as zonas pioneiras no Brasil, dos anos de 1945-1960, ao mostrar que estas “não são um fenômeno primário da conquista de terras novas”, mas de ocupação e uso das terras de áreas cobertas de florestas que se conservaram próximas as zonas povoadas. A implantação da infraestrutura rodoviária foi o fator decisivo na formação das zonas pioneiras nestas áreas “insuladas”, que pela própria condição “não podem ser ampliadas indefinidamente”.

Os colonos que penetraram tais zonas eram provenientes do leste, sul, norte e “em parte do oeste, fazendo assim uma penetração pela retaguarda”. Este é o caso da fronteira do Vale do Rio Doce, cujo principal frente de penetração veio do oeste, da região central de Minas Gerais. Como bem observou Waibel, esse movimento proveniente de múltiplas direções levou “frequentemente a litígios” entre estados, como é o caso do Contestado entre Minas Gerais e Espírito Santo.⁶⁸

Para o Sawyer, a compreensão da fronteira agrícola exige considerar a sua relação com o esvaziamento, estagnação, êxodo rural, pois a constituição e o fim da fronteira agrícola “deve-se ao caráter mercantil, capitalista ou em transição para o capitalismo”. Sawyer mostra que o território brasileiro foi ocupado de forma descontínua e “...diferentes mercados se desenvolvem em ritmos desiguais. Eles não coincidem no espaço e desencadeiam fluxos em sentidos diferentes”.⁶⁹ Essas ponderações foram importantes para se contextualizar o processo de ocupação e os conflitos pela posse de terra no Vale do Rio Doce, particularmente na zona do Urupuca, entre 1945 e 1961.

O processo ocorrido no Vale do Rio Doce, de modo marcante no Vale do Urupuca, também confirma a tese de José de Souza Martins⁷⁰, pois está presente uma mudança estrutural no processo de formação histórica do território. Não é mais o deslocamento espontâneo de populações em busca de terras devolutas, mas a entrada de uma frente pioneira, caracterizada pela

⁶⁸ WAIBEL, Leo H. Op. Cit., p. 26.

⁶⁹ SAWYER, Donald R. Op. Cit., respectivamente p. 2-3 e 11.

⁷⁰ MARTINS, José de Souza. Fronteira: A degradação do Outro nos confins humanos. 2 ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

imposição de uma nova lógica marcada pelo “mercado” e pela “contratualidade das relações sociais”.

A mudança criada pela frente pioneira foi acompanhada de crescentes tensões e conflitos agrários abertos e violentos, principalmente em decorrência da apropriação de terras camponesas (posses e propriedades) por parte de grileiros – especuladores do mercado de terras, fazendeiros e empresas capitalistas, particularmente grandes siderúrgicas, madeireiras e mineradoras.

No nível local se configurou um quadro de desigualdades sociais, vivenciado de maneira sistêmica por aqueles que teimaram e conseguiram permanecer na posse de suas terras. Como disse profeticamente, em 1957, o Secretário Álvaro Marcílio: “hoje, paraíso da variada indústria, então, riqueza e bonança, conquanto temporárias, porque de futuro incerto para as nossas condições ecológicas, em virtude da criminosa e desordenada destruição de suas matas”.⁷¹

Para finalizar, podemos afirmar que os conflitos agrários no Vale do Rio Doce sintetizam a questão agrária no Brasil, no qual camponeses defendem suas posses contra a grilagem de latifúndios, cuja personificação pode ser vista na pessoa de Horário Luz, e contra interesses empresariais, cujos exemplos maiores são as duas grandes siderúrgicas, Acesita e Belgo-Mineira. Esses conflitos produziram uma territorialidade marcada pela cultura da violência. Daí o receio ou silenciamento dos atores que sofreram esse processo.

Referências

ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, maio-ago. 2010, v. 5, n. 2, p. 453-468. Disponível em <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/CSBRwGrXhdL6DKjG5bGQWwG/abstract/?lang=pt>. Acessado 26/11/2024.

ANUNCIAÇÃO, Flávio Luciano da. Entre Trâmites Políticos e Conflitos Sociais: a memória do contestado mineiro-capixaba. Dissertação (Mestrado em História). UFJF, Juiz de Fora, 2019. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/12136>. Acessado em 26/11/2024.

BORGES, Maria Eliza L. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais. *Rev. Brasileira de História*, São Paulo, 2004,

⁷¹ MARCÍLIO, Álvaro. Op. Cit., p. 23.

v. 24, n. 47, p.303-326. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbh/a/J6mSyPGtY5GNKTtKWrv7Hpp/abstract/?lang=pt>. Acessado em 27/11/2024.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Utopias e contra utopias: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950 - 1964). Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, UFMG, Belo Horizonte, 1988.

BRITO, Fausto. A ocupação do território e a devastação da Mata Atlântica. In.: PAULA, João Antônio de. (Coord.) *Biodiversidade, população e economia: uma região de Mata Atlântica*. Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar; ECMXC; PADCT/CIAMB, 1997, pp. 48-90. Disponível em https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/padctII/livro/CAP_2.pdf. Acessado em 26/11/2024.

CASTALDI, Carlo. A aparição do demônio no Catulé. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, São Paulo, jun. de 2008, v. 20, n. 1, pp. 305-357. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ts/a/bGy4xnZkfRnRyj4YFL4nX7v/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em 27/11/2024,

COSTA, Luiz Flavio de Carvalho. PCB e a questão do sindicalismo rural 1954-1964. Tese (Doutorado em História), USP, São Paulo, 1991; COSTA, Luiz Flávio Carvalho. A construção da rede sindical rural no Brasil pré-1964. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, nov. de 2013. v. 2, n. 1, pp. 67-88.

COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense universitária: UFRRJ, 1996, p. 71.

EGLER, Walter Alberto. Zona pioneira ao norte do rio Doce, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, 1951, v. XVIII, p. 223-264. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1951_v13_n2.pdf. Acessado em 26/11/2024.

ESPINDOLA, H.S. Legitimação e mercantilização de terras em Minas Gerais. In: XXV Simpósio Nacional de História. Anais Eletrônicos. Fortaleza: ANPUH, 2009, p. 7. Disponível em https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772189_ce8345a4dc1645470bc64d0b6ad4f6c2.pdf. Acessado em 28/11/2024.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, PubliFolha, 2000.

GUERRA, Cláudio. *Meio ambiente e trabalho no mundo do eucalipto*. Belo Horizonte: Associação Agência Terra, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Quiron, Companhia das Letras, 1994.

LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste*. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

LIMA, J. M.; SANTOS, C. A. Análise da evolução temporal da degradação ambiental da Lagoa Dourada inserida no complexo lacustre do Rio Suaçuí Grande e Urupuca, afluentes do Rio Doce-MG. Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009, INPE, p. 1417-1424. Disponível em <http://martel.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2008/11.17.13.06.22/doc/1417-1424.pdf>. Acessado em 27/11/2024.

MARCÍLIO, Álvaro. O problema das terras devolutas e suas matas no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria, 1961.

MARINHO Jr., L.D.; ESPINDOLA, H.S.; NODARI, E.S. A fronteira do carvão: siderurgia e floresta em Minas Gerais (Brasil) no século XX. *Revista Ambiente e Sociedade*, São Paulo, 2024, v. 27. p. 1-22. Disponível em <https://www.scielo.br/j/asoc/a/r4rHK6KLqbbpvFj4c6wCdvf/abstract/?lang=pt>. Acessado em 26/11/2024.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do Outro nos confins humanos*. 2 ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, maio de 1996, v. 8, n. 1: pp. 25-70, p. 29. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ts/a/87HYbTyy3WqHHt49HTWJNjb/?format=pdf>. Acessado em 26/11/2024.

PALAZZOLO, Frei Jacinto de. Nas selvas dos vales do Mucuri e do rio Doce. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973. Disponível em <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/48/1/277%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acessado em 26/11/2024.

PEREIRA, Carlos Olavo da C. *Nas terras do Rio Sem dono*. Rio de Janeiro: Codecri, 1988, p. 85-86.

PINTO, Cesar. Um ano de combate às doenças parasitárias que atacam os rodoviários da estrada Rio-Bahia, 1942 a 1943. *Memória do Instituto Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, jun. 1944. Disponível em <https://www.scielo.br/j/mioc/a/wFQYqRRbpQL3wkHCgNkKSx/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em 26/11/2024.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, PubliFolha, 2000.

SANTOS, Adauto Alves dos. A Rapinagem de Terras no Vale do Rio. Homens Poderosos e Empresas Riquíssimas Mandam Saquear, Incendiar, Roubar e Matar. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 1957, a. 10, n. 2092, p. 3. Disponível em https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/108081/per108081_1957_02092.pdf. Acessado em 26.11.2024.

SAWYER, Donald R. Ocupação e Desocupação da Fronteira agrícola no Brasil: Ensaio de interpretação estrutural e espacial. In: Seminário Regional Expansão da Fronteira Agrícola e Meio Ambiente. 1981. Belo Horizonte: CEPAL/PNUMA/ UFMG, 1981. p. 1-28.

SIMAN, L.C. A história na memória: uma contribuição para o ensino de história das cidades. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1988. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC-87HHJV/1/1000000104.pdf>. Acessado em 27/11/2024.

STRAUCH, Ney (Org.). *A Bacia do Rio Doce: Estudo Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1955; SILVA, Edmundo de Macedo Soares. *O ferro na História e na Economia do Brasil*. Rio de Janeiro, s/ed, 1972.

STRAUCH, Ney. *Zona metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.

VILARINO, M.T.B. Da lata d'água ao SESP: tensões e constrangimentos de um processo civilizador no Sertão do Rio Doce (1942-1960). Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2015. Disponível em <https://historia.fafich.ufmg.br/defesas/213D.PDF>. Acessado em 27/11/2024.

WAIBEL, Leo H. As zonas pioneiras do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. out./dez. de 1955, ano XVII, n. 4, pp. 389-422. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/476532703/As-Zonas-Pioneiras-No-Brasil-Leo-Waibel>. Acessado em 26/11/2024.

Artigo recebido para publicação em 28/11/2024 e aprovado em 26/03/2025.